



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681393 - SP (2021/0227084-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RICARDO AUGUSTO PAGANUCCI LODI - SP307983
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADÃO APARECIDO SOVENHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de Adão Aparecido Sovenha em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado de Execução Penal nº 0006221-86.2021.8.26.0996).

De pronto, incumbe notar que se cuida de HC substitutivo de Recurso Ordinário e que Esta Corte Superior de Justiça e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado a justificar a concessão da ordem, de ofício (AgRg no HC n. 570.459/RN, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 26/4/2021).

O paciente encontra-se cumprindo pena em virtude de diversas condenações pela prática do delito de furto.

O impetrante sustenta, em suma e no que é crucial, que o paciente tem direito à imediata progressão de regime em função do bom comportamento

Requer, liminarmente, a passagem do paciente ao regime aberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para confirmar o teor do *decisum* proferido *in limine*.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade.

Dessume-se da leitura dos autos, *prima facie*, que a decisão do juízo, no sentido da necessidade de realização de exame criminológico se revela suficientemente escorada na hipótese concreta, revelando-se hígida e impositiva.

Considerando o caráter substitutivo do *mandamus* e a inocorrência de flagrante ilegalidade, pois, a impetração não deve ser conhecida.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ,

indefiro liminarmente o presente habeas corpus.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência